

## EDITORIAL

## Defasagem

Divulgada na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa por Amostra de Domicílios (Pnad) atualiza o raio x das estruturas da sociedade brasileira. Aponta alguns avanços, outros nem tanto, e retrocessos. Embora especialistas ressaltem que a metodologia empregada pode acarretar algumas distorções no resultado final do trabalho, caso do saneamento na Região Sul, onde o Paraná aparece com os piores índices quanto à coleta de esgoto e fossas sépticas, trata-se de importante ferramenta para os administradores.

É dispensável falar da importância desses dados. Sem eles, não haveria como fazer qualquer planejamento, ou providenciar o remédio mais indicado para as correções de rumo que sempre se fazem necessárias.

Pela pesquisa, o rendimento médio mensal do trabalhador apresentou crescimento de 4,6% no ano passado na comparação com 2004. Ou seja, ficou em R\$ 805,00. Foi, aliás, a primeira alta desde 1996. Mas, apesar disso, o rendimento do trabalhador permanece com grande diferença em relação aos últimos nove anos. Ela chega a 15%. O Pnad revela ainda que as mulheres tiveram os maiores ganhos salariais, com um crescimento de 6,3%, enquanto para os homens a alta foi de 3,9%. Todas as categorias de empregados registraram melhoras salariais. Os trabalhadores com carteira assinada apresentaram um crescimento de 3,6%, enquanto para não registrados o aumento foi de 6,6%.

No ano passado, a população formalmente ocupada cresceu quase 3% em relação à pesquisa anterior, batendo o número de pessoas que nasceram naquele ano (2%). O mercado de trabalho absorveu 56,8% da população economicamente ativa, maior percentual desde 1966. Foram mais de 2,5 milhões de pessoas, a maioria formada por mulheres. Mas o trabalho infantil teve aumento, depois de 13 anos em queda.

Outra pesquisa, agora da Fundação Getúlio Vargas, intitulada Redistribuição à Brasileira: Ingredientes Trabalhistas, divulgada quase que simultaneamente, mostra que os aumentos reais de 9% e 13% concedidos pelo governo federal para o salário mínimo no anos de 2005 e 2006, respectivamente, não provocaram redução de modo significativo nos indicadores de pobreza e desigualdade social. O economista Marcelo Neri, coordenador do Centro de Políticas Sociais da FGV, destaca que, na última década, o salário mínimo sempre teve um forte impacto na redução da pobreza e da desigualdade. Este peso, no entanto, aparentemente foi perdido nos últimos anos. Em sua avaliação, talvez os efeitos positivos desse aumento possam ter sido, de alguma forma, minimizados pelos efeitos negativos da geração de desemprego e de uma maior informalidade.

Para o economista, é preciso rever a política de salário mínimo, pois o aumento é irreversível e nem sempre causa o efeito desejado. Ele defende o crescimento dos bons programas sociais, e cita o Bolsa Família como caminho para um resultado mais expressivo sobre a desigualdade social. Desigualdade que continua o maior dos desafios.